

O trabalho como referência para a formação e a democracia

Work as a reference for education and democracy

Recebido: 21/03/2023 | Revisado:
04/04/2023 | Aceito: 05/04/2023 |
Publicado: 23/06/2022

Lucília Regina de Souza Machado
ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-4215-1459>
Universidade Federal de Minas Gerais
E-mail: luciliamachado2014@gmail.com

Como citar: MACHADO, L. R. S.; O trabalho como referência para a formação e a democracia. *Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica*, [S.l.], v. 1, n. 23, p. 1-14, e15167, Jun. 2023. ISSN 2447-1801.



This work is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 Unported License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Resumo

A educação brasileira tem o trabalho como uma referência fundamental para a formação humana e a democracia. Polissêmico, o termo referência provoca questionamentos. Como pode o trabalho ser constituinte e organizador da produção alienante do capitalismo e, ao mesmo tempo, base da formação humana e dos direitos de cidadania? Este artigo, um ensaio teórico, alimentou-se de perguntas orientadoras de reflexões, provocadoras de desafios. Buscou os contraditórios postos pela realidade, caminhou pelos condicionantes, ressalvas e requisitos, sempre com a atenção voltada à constituição do ser social segundo a perspectiva marxiana. Concluiu-se que o trabalho se torna referência para a formação humana e a democracia quando se revela na memória social, no patrimônio cultural e na disputa social pela escola e a educação.

Palavras-chave: Trabalho; Educação; Democracia.

Abstract

Brazilian education has work as a fundamental reference for human formation and democracy. Polysemic, the term reference provokes questions. How can work be a constituent and organizer of the alienating production of capitalism and, at the same time, the basis of human formation and citizenship rights? This article, a theoretical essay, was fed by guiding questions for reflections, provoking challenges. It sought the contradictions posed by reality, walked through the constraints, reservations and requirements, always with attention focused on the constitution of the social being according to the Marxian perspective. It was concluded that work becomes a reference for human formation and democracy when it is revealed in social memory, in cultural heritage and in the social dispute for school and education.

Keywords: Work; Education; Democracy.

1 INTRODUÇÃO

O termo referência, integrante do título deste texto, na sua polissemia, pode indicar apenas insinuação ou sugestão para que se leve em conta o trabalho quando se pensam e se discutem propostas para a formação humana e a democracia. Mas pode ser tomado como critério para a definição da orientação ou do modelo a serem seguidos nos processos educativos ou de gestão política.

Em todos esses casos, porém, a discussão sobre o trabalho como referência para a formação e a democracia não é fácil, trivial nem muito menos tangível. Lembra Lukács (1979, p. 52) que:

Um mérito histórico da teoria de Marx é o de ter trazido à tona a prioridade da *praxis*, sua função de guia e de controle em relação à consciência. Marx, porém, não se contentou em esclarecer essa conexão fundamental de modo geral, mas mostrou o método para determinar o caminho através do qual essa relação adequada entre teoria e *praxis*, mesmo a mais imediata e a mais cotidiana, contém em si essa referência ao ato de julgar, à consciência etc., visto que é sempre um ato teleológico, no qual a posição da finalidade precede, objetiva e cronologicamente, a realização. Isso não quer dizer, porém, que seja sempre possível saber quais serão as consequências sociais de cada ação singular, sobretudo quando ela é causa parcial de uma modificação do ser social em sua totalidade (ou totalidade parcial). O agir social, o agir econômico dos homens abre livre curso para forças, tendências, objetividades, estruturas etc., que nascem decerto exclusivamente da *praxis* humana, mas cujo caráter resta no todo ou em grande parte incompreensível para quem o produz.

Enfrentando esse desafio, Saviani (1988) propôs pensar o sistema de ensino à base do fenômeno do trabalho, considerando estar a sociedade assentada sobre o pilar do modo de organização do processo de produção da existência humana. Para ele, todo o sistema educacional se estruturaria a partir daí. Nesse sentido, se respalda na compreensão de Gramsci sobre o princípio educativo imanente à escola elementar, ou seja, “[...] o conceito e o fato do trabalho (da realidade teórico-prática)”. (GRAMSCI, 1968, p. 130)

Nesse texto de 1988, Saviani esclarece o caráter da imanência desse princípio em virtude de ele ser inerente, subjacente e estar contido na finalidade da escola elementar. Assim, diz que nesse nível de ensino, “[...] o trabalho age como determinante do conteúdo curricular em termos implícitos” (SAVIANI, 1988, p.85).

Entretanto, à escola de segundo grau, diz Saviani (1988, p. 85), “[...] coloca-se a necessidade de que a relação entre ensino e trabalho se explicita”. Ou seja, “A referida explicitação deverá envolver o domínio, não apenas teórico, mas também prático, sobre o modo como o saber se articula com o processo produtivo” (SAVIANI, 1988, p. 96), mas não para “[...] a formação de técnicos especializados, mas de politécnicos.” (SAVIANI, 1988, p. 97).

Em 2006, no texto “Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos”, apresentado à 29ª Reunião Anual da ANPEd, em Caxambu, e publicado no ano seguinte, Saviani reafirma o enunciado acima e diz:

Se no ensino fundamental a relação é implícita e indireta, no ensino médio a relação entre educação e trabalho, entre o conhecimento e a atividade prática deverá ser tratada de maneira explícita e direta. O saber tem uma autonomia relativa em relação ao processo de trabalho do qual se origina. O papel fundamental da escola de nível médio será, então, o de recuperar essa relação entre o conhecimento e a prática do trabalho. (SAVIANI, 2007, p. 160).

Adverte, entretanto, não se tratar de ensino médio profissionalizante, de adestramento operacional, mas de permitir o desenvolvimento pelos alunos do domínio teórico e prático dos fundamentos esteadores da articulação entre o conhecimentos e processos de produção.

Essa formulação tem sido abraçada, no Brasil, por pesquisadores e educadores, vindo a se constituir como uma das bases conceituais da educação do país, senão a mais importante como fundamento para as propostas de escola unitária, educação omnilateral e politécnica.

A referência ao trabalho, na sua relação com a Educação, também tem servido de pilar teórico e político-pedagógico quando associado a outro conceito, o de qualidade social, o de bússola para a democracia escolar, a participação, a gestão social, o acesso, permanência e êxito de alunos, formados como cidadãos reflexivos e críticos. (PARO, 2018).

Mas, essa referência aparece também em proposições formativas não estritamente escolares vindas de projetos da sociedade civil. Em busca de elementos para uma pedagogia da atividade, Cunha e Schwartz (2006) abordam a formação humana entre o conceito e a experiência do trabalho e citam três dessas iniciativas: as do Movimento dos Sem Terra (MST); as do Programa de Formação Integrar, da Confederação Nacional dos Metalúrgicos da Central Única dos Trabalhadores; e as do Programa de Educação de Trabalhadores (PET). Esse último, desenvolvido pela Escola Sindical 7 de Outubro, também da CUT, numa parceria com a Prefeitura de Belo Horizonte e destinado aos trabalhadores da educação desse município.

No entanto, a afirmação de Lukács (1979), acima transcrita, comparece para lembrar todos de que, embora originários da *praxis* humana, o agir social e o agir econômico mantêm-se intangíveis em certa medida. Por outro lado, são recorrentes as dúvidas sobre a possibilidade de o trabalho ser formador e gerador de bases efetivamente humanas da existência considerando-se ser ele elemento constitutivo das alienantes relações de produção capitalistas.

Tais provocações e dúvidas serviram de alimento para a produção do presente artigo, um ensaio teórico traçado por reflexões em busca de respostas para tais desafios.

2 ALGUMAS INVESTIDAS À GUIA DE PROPOSIÇÃO

Cunha e Schwartz (2006), amparados nas contribuições da ergologia francesa, consideraram a possibilidade de se pensar uma pedagogia ancorada no ato de trabalhar. Ou seja, no momento em que se trabalha ocorreria um fenômeno educativo oriundo da necessidade do trabalhador de reconfigurar e renormalizar sua aprendizagem.

Reconfigurar no sentido de dar nova forma ou fazer ajustes ao como realizar ações de trabalho e isso envolve um processo de ideação, de concepção. Assim, o trabalhador produziria normas e, com isso, novos conhecimentos e saberes tendo em vista corrigir ou organizar mais adequadamente sua atividade.

Reconfigurações e renormalizações seriam, então, realizadas para dar conta da inevitável infidelidade do meio ou, noutros termos, das imprevisibilidades, incertezas e acidentes inerentes ao dinamismo e à aleatoriedade do ambiente e, de modo especial, dos contextos e dos reveses dos processos de produção e de trabalho.

Nessa direção, explicam Dejours e Molinier (1994, p. 36):

As pesquisas de campo sugerem que, seja qual for a situação de trabalho estudada, resta uma parte incompreensível na execução que não pode ser projetada antecipadamente ou prescrita integralmente. Qualquer atividade requer ajustamentos, por vezes muito problemáticos, dos quais dependem a produção e sobretudo a qualidade, a segurança das pessoas e a garantia das instalações.

Depois de atribuírem uma importância crucial à organização prescrita do trabalho, o interesse centrou-se, portanto, mais na discrepância entre o trabalho prescrito e o trabalho real e na forma como homens e mulheres conseguem lidar com essa diferença, nas condições de negação da realidade das dificuldades que essa desconformidade lhes causa.

A negação envolve muitas dimensões do trabalho comum. São três, que aos nossos olhos não podem ser totalmente antecipadas e prescritas: a engenhosidade, a coordenação e a cooperação entre os agentes, a sua mobilização subjetiva.¹ (tradução livre)

¹ Les enquêtes de terrain suggèrent que, quelle que soit la situation de travail étudiée, il reste dans l'exécution une part incompressible qui ne peut pas être conçue à l'avance ni prescrite intégralement. Toute activité exige des ajustements, parfois très problématiques, dont dépendent la production et surtout la qualité, la sécurité des personnes et la sûreté des installations.

Après avoir accordé une importance cruciale à l'organisation prescrite du travail, l'intérêt s'est donc davantage porté sur le décalage entre travail prescrit et travail réel et sur la façon dont les hommes et les femmes arrivent à faire face à ce décalage, *dans les conditions du déni de réalité* des difficultés que ce décalage leur occasionne.

Le déni porte sur de nombreuses dimensions de travail ordinaire. Il en est trois, qui à nos yeux ne peuvent être anticipées et prescrites complètement: l'ingéniosité, la coordination et la coopération entre les agents, leur mobilisation subjective.

Ainda que a engenhosidade, prima-irmã da criatividade, a coordenação pressuponha controle, e a cooperação requeira a solidariedade, a mobilização subjetiva implica perguntar-se pela teleologia, pelos objetivos e finalidades das ações humanas. Nesses termos e considerando os contraditórios envolvidos, a atividade de trabalho pode, então, ser considerada fator de desenvolvimento profissional e pessoal.

Assim, a riqueza humana criada pelos trabalhadores, inclusive em termos de novos saberes, valores e normas, teria o potencial de ser também formativa. Além disso, pelo trabalho, laços humanos são criados, e isso significa ver vida nele ou nele constatar, apesar dos pesares, a existência de um ambiente carregado de controvérsias, mas também de ânimo e encorajamentos. Tal como expressa Lukács (1979, p. 145),

Assim como a consciência especificamente humana só pode nascer em ligação e como efeito da atividade social dos homens (trabalho e linguagem), também a consciência de pertencer ao gênero se desenvolve a partir da convivência e da cooperação concreta entre eles.

Contudo, desafiando essas possibilidades, eis que os trabalhadores se defrontam, atualmente, com o enorme avanço da automatização do trabalho e com o sentimento de inutilidade e da falta de qualificação pessoal. Isso como um fato acachapante, consolidado e reforçado pelo sucesso dos algoritmos e inteligência artificial no aumento da produtividade, na economia de tempo e nas comodidades ordinárias que trazem.

Benanav (2022, s/p) interroga:

A Internet, os smartphones e as redes sociais já transformaram completamente nossas interações sociais e nossa forma de abordar o mundo. Então, que cenário nos espera? Essas tecnologias digitais deixarão as telas e se tornarão parte do mundo físico ao nosso redor? Robótica de ponta, carros e caminhões autônomos, triagem de câncer com inteligência artificial aparentemente pressagiam um mundo de bem-estar geral. No entanto, essas tecnologias causam algum desconforto. O que será dos seres humanos em um universo totalmente automatizado? Adaptaremos nossas instituições e libertaremos a humanidade, aquele velho sonho que uma nova era de inteligência artificial parece tornar possível? Ou esse sonho se tornará um pesadelo, o do desemprego tecnológico em massa?²

² Internet, smartphones et réseaux sociaux ont déjà complètement transformé nos interactions sociales et notre façon d'aborder le monde. Dès lors, quel scénario nous attend? Ces technologies numériques vont-elles quitter les écrans et s'intégrer au monde physique qui nous entoure? La robotique de pointe, les voitures et camions autonomes, le dépistage des cancers par l'intelligence artificielle présagent apparemment d'un monde de bien-être généralisé. Pourtant, ces technologies provoquent un certain malaise. Que vont donc devenir les *êtres humains* dans un univers totalement automatisé? Allons-nous adapter nos institutions et libérer l'humanité, ce vieux rêve qu'une nouvelle ère d'intelligence artificielle

Benanav, no livro *Automation and the Future of Work*, publicado em 2020 pela Verso Books, editora fundada pela equipe da *New Left Review*, está convencido de que a reversão das tendências atuais só se viabilizará se houver luta dos trabalhadores contra a queda incessante da demanda por trabalho e a intensificação das desigualdades sociais. Ele propõe incluir nessa luta a descoberta sobre como organizar as instituições a favor da autonomia dos trabalhadores no planejamento e coordenação de suas atividades, como utilizar as tecnologias para fins emancipatórios.

Com respeito ao mundo digital, há a questão da governança da Internet, especialmente com respeito ao controle das informações e dos conhecimentos, inclusive os científicos, pelos grandes monopólios de tecnologia da informação em escala global, utilizados na treinamento de inteligência artificial e na moldagem das formas de trabalho e de comunicação das pessoas.

Em entrevista especial para o Instituto Humanitas Unisinos (SANTOS, 2020), o professor Eugênio Bucci, da Universidade de São Paulo, listou cinco propostas de interesse democrático para enfrentar tais manipulações:

- (1) a quebra dos monopólios, que criam condições favoráveis à indústria ilegal da desinformação;
- (2) obrigar os conglomerados a abrirem seus números (faturamento etc.) e seus códigos;
- (3) fortalecimento (inclusive com políticas públicas de fomento) das organizações jornalísticas públicas e privadas;
- (4) forte incremento da educação midiática;
- (5) limitações legais contra os comportamentos abusivos na rede (como uso de robôs não autorizados, contas inautênticas que tapeiam o público, disparos em massa em serviços de mensageria privada, que deveriam servir para comunicações interpessoais e de grupos fechados).

De modo particular, destaca-se o papel desses monopólios na gestão das redes, da circulação de dados e das plataformas para fins de controle remoto do trabalho. Como alternativa, cresce o interesse pelo chamado cooperativismo de plataforma e pelas políticas públicas voltadas a esse setor com foco na apropriação pelos trabalhadores dessas estruturas de intermediação de trabalho.

Proposições de enfrentamento a esse respeito foram elencadas num documento-manifesto elaborado por movimentos sociais e pesquisadores interessados no uso das potencialidades digitais para o desenvolvimento local, novos horizontes de trabalho decente, dados para o comum, autogestão, democracia no ambiente de trabalho e tecnologias livres. (GROHMANN, 2022).

Mas o que incluir nesses programas de lutas questões do campo educacional, considerando a necessidade de ter o aluno como sujeito consciente dos problemas da vida ordinária concernentes às atividades no mundo do trabalho? Como retirar

semble rendre possible? Ou ce rêve va-t-il virer au cauchemar, celui du chômage technologique de masse? (tradução livre)

desses contextos os sentidos para sua formação? Certamente, numa linha oposta aos valores doutrinários e utilitaristas da racionalidade instrumental, ao lema de que é pelo trabalho que se prova o caráter pessoal, aos bordões em prol da meritocracia, da competitividade e da empregabilidade, fazendo crer que se vence na vida trabalhando muito. Em síntese, como penetrar e se apropriar do trabalho para forjar processos e momentos realmente formativos e de incremento da democracia?

Para o francês, professor emérito do CNAM (Conservatório Nacional de Artes e Ofícios) e presidente da associação “Investigação e práticas em didática profissional”, Pierre Pastré, o recurso está na prática da pedagogia das situações. Essa seria ancorada nas oportunidades trazidas pelas ferramentas e abordagens de simulação, as quais permitiram fazer avanços passo-a-passo nos cenários de trabalho, dos mais simples aos mais complexos. O livro *Apprendre par la simulation - De l'analyse du travail aux apprentissages professionnels* (PASTRÉ, 2009), por ele organizado, traz uma dezena de artigos sobre essa proposta.

Simulação é uma imitação aproximada da realidade e a de base digital é, hoje, considerada um dos principais pilares da indústria 4.0. O desenvolvimento tecnológico e a diminuição dos custos dos *softwares* e *hardwares* levaram à ampliação do comércio dedicado à exploração da realidade virtual.

Os laboratórios de simulação acabam sendo menos dispendiosos para as instituições de ensino comparativamente aos convencionais, pois não requerem espaço físico tampouco professores, cabendo ao estudante simular determinada atividade quantas vezes desejar.

Porém, há limitações nessas estratégias de ensino. De um lado, algumas situações são muito complexas para serem simuladas e nem sempre é possível recriar a realidade. Além disso, há falta de contato com ambientes físicos, de veracidade de muitos dos dados utilizados e de estímulos ao desenvolvimento do pensamento crítico do estudante.

Por fim, vale mencionar as proposições da chamada Clínica da Atividade, estribada na corrente denominada psicodinâmica do trabalho. Ela sustenta a necessidade da exploração dos processos que fazem do trabalho uma experiência formadora. Isso inclui desvendar as condições de desenvolvimento do poder de agir dos sujeitos no e pelo trabalho, considerar a inteligência mobilizada por eles por conta das astúcias e artimanhas inerentes ao trabalho real, promovê-los nas suas inteligências do corpo, das mãos e de todos os sentidos humanos.

Com efeito, todas essas proposições não deixam, ainda, menos alargado o dilema acima apresentado: se o trabalho pode ser alienante e embrutecedor, como ser formador, humanizador e de conquista democrática?

3 CONDICIONANTES, RESSALVAS E REQUISITOS

Quando se busca ir mais além na busca de resposta à pergunta acima, surge, de imediato, uma restrição: para ser formador, não poderia ser qualquer trabalho, dependeria das suas circunstâncias e situação, das suas finalidades, de quem se apropria dos seus resultados, inclusive dos conhecimentos por ele gerados.

À atividade escolar, são colocados requisitos a serem atendidos, tais como currículo e didática providos de conteúdos e métodos fecundados pela ciência, tecnologia e cultura, e em seus laços indissociáveis, bem como a perspectiva da formação politécnica e da escola unitária.

Tais condicionantes, ressalvas e requisitos se constituiriam também como premissas para a formação dos profissionais da educação, que precisaria incluir a compreensão histórica e crítica do trabalho no sistema capitalista, o debate sobre os direitos dos trabalhadores e os sentidos das suas lutas históricas.

O olhar para a realidade atual e neoliberal do mundo do trabalho faz avolumar e avultar tais exigências considerando o quanto os trabalhadores têm se desapoderado por conta das desapropriações e pilhagens sofridas nas suas relações com o trabalho e de trabalho, na construção de suas subjetividades.

Por meio dessa mirada seriam vistos trabalhadores sem autonomia e impotentes, negados em sua liberdade como decurso da rudeza e dos ultrajes interpostos pelo sistema produtivo. Com isso, soaria incompreensível e incongruente o apelo por iniciativa, automotivação, sensibilidade, criatividade, polivalência e inovação lhes dirigido pelas narrativas sobre as mudanças no mundo do trabalho, que se querem promissoras.

Essa invocação soaria como uma ordem aos trabalhadores para que aumentem sua lealdade ao capital, sua autodisciplina e autocontrole para seu sucesso profissional e a defesa competitiva do seu lugar no mercado de trabalho. Como parte desse processo, as novas formas precarizadas de trabalho via plataformas não estão imunes desse ingrediente ideológico.

Assim, o consentimento a tais apelos à hiperindividualização e competição presentes na uberização do trabalho e ao engajamento integral e cooperação subjetiva não se distanciariam, na verdade, da aceitação pelo trabalhador da alcunha de sócio do capital, da redução da diferença entre trabalho e vida e da sua renúncia à solidariedade com sua classe social.

Do lado da escola e da educação, o gerencialismo também faz sua entrada e pela porta da frente, sob a batuta das alegações de que ambas precisam melhorar em eficiência e eficácia. Alevantam-se, assim, as dúvidas sobre como pensar e justificar o trabalho como referência para a formação e a democracia se a razão instrumental e utilitarista do gerencialismo conduz à fabricação da alienação e do estranhamento.

O que tais questionamentos indicam é a lembrança de que o trabalho sempre é uma relação social, que não está imune às contradições sociais, mesmo quando não se circunscreve à produção mercantil. Gramsci, obviamente, estava ciente disso ao dizer do trabalho como princípio educativo. (GRAMSCI, 1968, p. 130).

Ao fazê-lo, esse grande filósofo sardo sabia da importância do trabalho na educação dos indivíduos para além da sua específica preparação para o exercício de uma profissão. Ele tinha sua atenção voltada para o valor e a democratização do acesso ao conhecimento técnico e científico inerente aos processos produtivos. Demonstrava desvelo pela compreensão, pelos educandos, das relações de classe implícitas nas relações de trabalho, como um crucial tempero para o exercício da cidadania.

Discutir as antinomias da relação entre trabalho e formação ou trabalho e democracia é também um convite para revisitar Marx, mais especificamente o livro terceiro de sua obra O Capital, que traz contribuições importantes para a reflexão sobre os processos constituidores do ser social e a relação ou passagem do reino da necessidade ao reino da liberdade. (MARX, 2017).

Para Marx, a liberdade deve ser buscada na própria matriz geradora do humano, a atividade do trabalho, que é também a que dá origem ao ser social. Nesse sentido, o desenvolvimento das forças produtivas, mesmo o impulsionado pelas relações sociais capitalistas, no contexto, portanto, da sociabilidade burguesa, é importante como força potencializadora das capacidades humanas e dos horizontes da construção da liberdade. Nesse encaixo, pontificou o historiador e filósofo György Lukács na sua obra Ontologia do Ser Social. Segundo ele,

“Todavia, a realidade do trabalho e suas consequências dão lugar, no ser social, a uma estrutura inteiramente peculiar. De fato, embora todos os produtos do pôr teleológico surjam de modo causal e operem de modo causal, com o que sua gênese teleológica parece desaparecer no ato de sua efetivação, eles têm porém, a peculiaridade puramente social de se apresentarem com o caráter de alternativa; e não só isso, mas também os seus efeitos, quando se referem a homens, têm – por sua própria natureza – a característica de abrirem alternativas. Tais alternativas, mesmo quando são cotidianas e superficiais, mesmo quando de imediato têm consequências pouco relevantes, são todavia autênticas alternativas, já que contêm sempre em si a possibilidade de retroagirem sobre o seu sujeito para transformá-lo. (LUKÁCS, 1979, p. 81).

Assim, olhar sobre a relação trabalho-educação é também um descortinar do trabalho guiado pela educação, o trabalho que ostenta educação, que traz à tona a educação, que encerra educação, que é, enfim, fundamento da educabilidade humana. Da mesma forma, é um dizer da educação feita por meio do trabalho, que está rodeada pelo trabalho e que inspira o trabalho.

Há outros animais sociais além do ser humano, mas somente esse não se satisfaz com o viver em sociedade, pois precisa produzi-la. Ao buscar fazê-lo, elabora novos pensamentos e descobre novas formas de atuar. Produz cultura e história com seu trabalho e, com base no que se efetivou ou não foi possível fazê-lo como construção da vida, age para formar as novas gerações com a esperança de refundar a sociedade.

Logo, também o processo da formação humana é urdido de forma enigmática. Para ele concorrem as observações e os testes sobre a validade dos conhecimentos. E se de um lado encontram-se as aspirações a favor da cooperação social, do outro, estão as mazelas decorrentes da lógica da partição e apartação decorrente da divisão social do trabalho.

Assim, as decisões sobre os processos de produção e de trabalho e sobre o controle e avaliação dos trabalhadores têm lastros escorados nos sistemas e políticas educacionais, constituídos por contradições e, também, reprodutores delas, sobretudo nas sociedades do livre mercado.

Sociedades onde se trafica a crença de que as trocas mercantis, independentemente da divisão social do trabalho e da propriedade privada dos meios de produção, são transações desimpedidas e voluntárias e que ambos os lados envolvidos podem ter ganhos e benefícios.

Pois bem, o capital não existiria se o possuidor do dinheiro não se apossasse dos meios de produção e não os mobilizasse tendo a prerrogativa de se apropriar do produto do trabalho alheio e do valor adicional, ou mais valor, criado pelo trabalho.

Efetivamente, a força de trabalho também se constitui como mercadoria no contexto do sistema das trocas mercantis. Por conta disso, a disputa em torno da escola e da educação acaba se tornando uma questão política. O que está em jogo é a medida pela qual o direito à educação é interpretado e sancionado pelo capital.

Nesse sentido, critérios discricionários, bem caprichosos, podem ser usados para a regulação desse direito. Com isso, dá-se margem à formação de sistemas e redes educacionais divididos socialmente. Segue-se a lógica do livre mercado, da livre concorrência. Com isso, estratos sociais são cristalizados para responderem a funções sociais determinadas, tal como foi bem analisado por Antônio Gramsci.

Essa disposição classista parametriza, assim, os procedimentos de socialização empregados pelas instituições escolares e os critérios ardilosos de seleção de alunos. Não se cogita, dessa forma, que muitos dos saberes transformados em escolares, na verdade, resultaram da apropriação e transformação daqueles já destituídos de sua origem no mundo do trabalho.

Assim, vem também do trabalho, contraditoriamente, os elementos que informam as políticas dominantes de controle da formação humana e do conhecimento. Isso porque as diferenças e desigualdades com respeito ao acesso à escolarização têm concorrido para separar os conhecimentos legitimados como válidos ou não para fins de reconhecimento social, inclusive no mercado de trabalho.

Trata-se de uma legitimação seletiva e *ad hoc* de conhecimentos, ou seja, segundo determinadas finalidades e temporalidades do processo de produção e de trabalho. Isso vale e se estende ao controle dos trabalhadores com respeito aos conhecimentos por eles adquiridos e desenvolvidos nas suas atividades laborais.

Logo, falar do trabalho como referência para a formação e a democracia no contexto do capitalismo implica sempre em considerar as contradições envolvidas na relação entre o trabalho como atividade vital e de autocriação e o trabalho como espaço de onde se emanam expropriações e alienação.

Pelo visto, a educação se configura também como um processo material com funções sociais e econômicas precisas. Não é uma trivial estrutura assessoria do sistema de produção. Longe disso, integra o mundo da produção. E o faz por meio de objetivações ou materializações para as quais se requer usurpar conhecimentos e utilizá-los para legitimar intervenções nem sempre confessáveis.

Por conta disso, a formação humana encontra-se estabelecida, demarcada e ordenada em consonância com as relações sociais de produção. Mas, nem sempre se acha em entendimento com normas devotadas à reprodução da estrutura social, seja as concernentes ao âmbito econômico ou ao plano mais geral das relações sociais.

Se, por um lado, ela é partícipe do processo de reprodução social pela via da produção material, das relações de distribuição e do consumo social, também se coloca como mediação na reprodução da força de trabalho, o que tem implicações contraditórias para o processo de acumulação do capital, para a apropriação e utilização de conhecimentos e para a prática social.

Logo, o trabalho como referência fundamental para a formação e a democracia põe-se com todo vigor como uma incógnita. Nesse cenário, a educação, organizada segundo a divisão social do trabalho e em cumprimento de funções profissionais legalizadas, poderá ter sua importância ampliada quanto mais se entrosar com a ciência e valores da vida e da dignificação humana. Ou seja, se não se realizar de forma ignorante.

Como um sistema orientado por fins, a educação, ao tomar o trabalho como referência tem a chance de se definir e optar pelos critérios sociais de racionalidade e controle de resultados emancipatórios. Por estar enlaçada por contradições sociais, ela, a educação, pode, enfim, não se ver como um lugar casto e idílico.

Compreende-se, assim, as razões pelas quais faltam as condições adequadas para o exercício satisfatório da prática educativa. Isso ocorre, fundamentalmente, porque, na sociedade atual, capitalista, o grau de sujeição a que é levada a educação em relação ao sistema produtivo, é muito maior do que o deste em relação àquela.

Portanto, discorrer sobre o trabalho como referência para a formação e a democracia implica abordar questões complexas. Em primeiro lugar, o significado do trabalho e suas relações com o processo de hominização. Mas, também, a centralidade do trabalho na estruturação da sociedade capitalista.

Com isso, tem-se a discussão sobre o papel da educação em face das vicissitudes da reprodução e destruição de forças produtivas no capitalismo, incluindo a própria devastação ambiental. São exigências colocadas pelo mundo do trabalho à educação e sobre suas possibilidades e limitações para realizá-las.

Cabe, sim, avançar no debate sobre a pedagogia, sistemática ou espontânea, sobre como têm sido realizadas historicamente as relações da educação com o mundo do trabalho. Indagar mais profundamente sobre os nexos que vêm se estabelecendo entre a educação e as relações sociais de produção, como vem se estruturando a socialização no, pelo e para o trabalho.

É preciso prosseguir os estudos sobre os entrelaçamentos entre a divisão social, étnica, sexual e regional do trabalho e como tais tecituras são também afirmadas e reafirmadas pela educação formal, não formal e informal e pelas práticas dissimuladas e dissimuladoras de democracia, incapazes de absorver as diferenças sociais ou mesmo de refletir a vontade popular.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ter o trabalho como referência para a formação e a democracia implica, portanto, imergir no trabalho na e da escola e o que acontece fora dela. Isso para

discutir mais profundamente os fatores e as forças que influem sobre as práticas sociais, a educação e o processo de ensino-aprendizagem.

Não se pode também deixar de dar importância às condições históricas e socioeconômicas do desenvolvimento da educação dos trabalhadores. Nesse sentido, questionar, analisar e propor diretrizes fundamentais para as políticas educacionais e os princípios de organização dos sistemas escolares.

Ou seja, conjecturar sobre projetos alternativos de sociedade e de educação e, com isso, fazer florescer teorias e práticas pedagógicas, que em sua relação com as condições concretas, históricas, econômicas, sociais e políticas possam tornar o trabalho uma efetiva referência emancipatória para a formação humana e a democracia.

Nesse sentido, o trabalho pode efetivamente ser um elemento constituinte de um projeto de educação integral. Isso porque, com o apoio do que disse Engels (2004) sobre o processo de hominização do homem, o trabalho não é somente a fonte de toda a riqueza. Mostrou Engels (2004) que o trabalho é bem mais, é a condição básica e fundamental de toda a vida humana, é a matriz original do homem, é o que alenta e estimula seu permanente processo de transformação. A educação, ao participar dessa marcha da humanidade, se completa, se integraliza, se torna plena.

Como condição para isso, vale evitar o dualismo metafísico e ingênuo do maniqueísmo a respeito do trabalho e suas possibilidades formativas. Tendo uma qualidade dupla, no trabalho, haveria um lado bom, luminoso e purificador; e, do outro, um lado mau, escuro e mesquinho.

A questão é que a realidade do trabalho precisa ser vista por inteiro e na perspectiva da superação dialética. Ou seja, não é suficiente negar uma determinada realidade, é importante lembrar que o sujeito humano é essencialmente ativo e está sempre interferindo na realidade e que superar significa conservar algo essencial nela existente e se elevar a um nível superior.

Não se conservam, por exemplo, o economicismo e o tecnicismo aparelhadores das relações sociais em prol da produtividade capitalista, a mercantilização da educação, o atrelamento ao consumismo, a subordinação à indústria cultural, a destruição ambiental, o contentar-se com políticas sociais compensatórias.

Elevar o trabalho a um nível superior requer reclamar a inclusão social, o pleno exercício ativo dos direitos sociais de todos aos quais esses têm sido negados, uma ética do trabalho de dignificação humana, oposta à sua conversão em mercadoria porquanto provido também como momento formativo do sujeito.

Nesses termos, integrar o trabalho à educação escolar corresponde a preenche-la com a prática social mais global, compreender a produção do saber e da cultura como um acontecimento da *praxis*, antenar e ligar os processos educativos com a produção material da existência humana.

Se o trabalho é o princípio primeiro para se entender a sociedade, também o é para conceber a educação. Mas, para admitir isso, concretamente, é fundamental desautorizar o falso suposto de que o processo de produção e reprodução do conhecimento se dá autonomamente na escola e pela escola.

Ou seja, considerar que a sabedoria reunida e concentrada nos instrumentos e nas técnicas empregadas no trabalho traz uma história apinhada de vida, de relação social dos homens entre si e desses com a natureza. Uma história, inscrita não somente no passado, mas pululante no presente, incrementada por inovações feitas no dia a dia do trabalho. Como lembram Codo; Sampaio e Hitomi (1993, p. 117),

O que os seres humanos fazem é produzir suas condições de existência, e ao produzirem-na materialmente geram e criam valores de uso, definem sua existência na medida em que a exercem, em metabolismo com a natureza, construindo a si mesmos na medida em que arrancam do mundo o seu modo de ser. No entanto, se o trabalho nunca abandona sua origem, ao mesmo tempo se inscreve na história dos homens; na exata medida em que ele mesmo significa a história dos homens.

Isso significa dizer, de novo e correndo o risco da repetição desnecessária, que não é a consciência ou a teoria que criam a realidade, já que elas mesmas é que se produzem no âmago da efetividade histórica do trabalho e com seu fundamento, e, com isso, se fazem partes dessa realidade. Tal como explanaram Marx e Engels (2007) na Ideologia Alemã, o ser consciente e o ser dos homens são seu processo de vida real.

Trabalho é cultura. A história do trabalho é a história da cultura. É a história do que torna o homem especificamente humano. O trabalho acumulado é patrimônio legado por gerações e gerações. Requer a memória da dor humana que custou cada avanço técnico e científico, de como essa dor foi tolerada, da satisfação que veio a premiá-la bem como do sofrimento e do cansaço de tantos antepassados.

A valorização e a entrega desse patrimônio advindo do trabalho é justamente o sentido maior da educação e da democracia. Assim sendo, o trabalho se torna referência.

REFERÊNCIAS

BENANAV, Aaron. **Automation and the Future of Work**. Nova York, Londres: Verso Books, 2020.

BENANAV, Aaron. L'automatisation et le futur du travail. **Variations**, n. 25, 2022. Disponível em: <http://journals.openedition.org/variations/2213>.

CODO, Wanderley; SAMPAIO, José Jackson Coelho; HITOMI, Alberto Haruyoshi. **Indivíduo, trabalho e sofrimento: Uma abordagem interdisciplinar**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

CUNHA, Daisy Moreira; SCHWARTZ, Yves. A formação humana entre o conceito e a experiência do trabalho: elementos para uma pedagogia da atividade. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 15, n. 1, p. 87–90, 2012.

DEJOURS, Christophe; MOLINIER, Pascale. Le travail comme énigme. **Sociologie du travail**, Montrouge, France, Hors série, p. 35-44, sept. 1994.

ENGELS, Friedrich. Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem. In: ANTUNES, Ricardo. (Org.). **A dialética do trabalho**: escritos de Marx e Engels. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

GROHMANN, Rafael. Um manifesto em defesa do cooperativismo digital. **Outras palavras**. Trabalho e precariado. 26 ago. 2022. Disponível em: <https://outraspalavras.net/trabalhoeprecariado/um-manifesto-em-defesa-do-cooperativismo-digital/>

LUKÁCS, Gyorgy. **Ontologia do ser social**. Os princípios ontológicos fundamentais de Marx. Trad.: Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

MARX, Karl. **O Capital**. [Livro 3]. Crítica da economia política. O processo global da produção capitalista. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

PARO, Vítor Henrique. **Gestão escolar, democracia e qualidade do ensino**. 2. ed. rev., São Paulo: Intermeios, 2018.

PASTRÉ, Pierre. **Apprendre par la simulation - De l'analyse du travail aux apprentissages professionnels**. Toulouse, France: Octares Editions, 2009.

SANTOS, João Vítor. “As *big techs* conseguiram um feito inacreditável: são empresas monopolistas em escala global”. Entrevista especial com Eugênio Bucci. **IHU - Instituto Humanitas Unisinos**. Unisinos, São Leopoldo, 24 ago. 2020. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/602118-as-big-techs-conseguiram-um-feito-inacreditavel-sao-empresas-monopolistas-em-escala-global-entrevista-especial-com-eugenio-bucci>

SAVIANI, Dermeval. Perspectivas de expansão e qualidade para o Ensino de 2º grau: repensando a relação trabalho-escola. **Anais do seminário de ensino de 2º grau - perspectivas**. São Paulo, Faculdade de Educação, USP, 1988, p. 79-91.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, Campinas, SP, v. 12, n. 34, p. 152-180, jan./abr. 2007.